



**DECRETO N.º 004/2014 DE 07 DE JANEIRO DE 2014**

**“Dispõe sobre desapropriação de Imóvel Urbano destinado a construção de casas populares que especifica e dá outras providências.”**

**ANTONIO GOMES DE AMORIM**, Prefeito Municipal de Viçosa, Estado de Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei considerando a prescrição normativa descrita do Decreto-Lei no 3.365/41, de 21 de junho de 1.941, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.785/99 e ainda amparado na Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** a necessidade de dotar nosso município de local apropriado para construção de casas populares de modos a atender melhor a demanda apresentada;

**CONSIDERANDO** finalmente que este projeto faz parte de nosso programa de governo, ou seja, melhorar a qualidade de moradia da população carente em todos os seguimentos.

**D E C R E T A**

Art. 1.º - Fica **Declarada de Utilidade Pública**, a fim de ser desapropriada, pela Prefeitura Municipal de Viçosa, mediante desapropriação amigável ou judicial, um imóvel que se destinará a construção de casas populares do Programa Minha Casa Minha Vida II, e que consta pertencer ao senhor **Vitor Ramon Alves** com as seguintes descrições e confrontações:

“Uma área total que mede **10.487,50m²**, perímetro: **583,86m**, limitando-se ao **NORTE**: ao P2 ao P3 com a distancia de 250,00m, limita-se com os herdeiros do Sr. Francisco Pedro de Oliveira, ao **SUL**: do P4 ao P1 com a distancia de 250,00m limita-se com a RN 117, ao **LESTE**: do P1 ao P2 com a distancia de 41,93m, limita-se com a via Pública: Rua Projetada: ao **OESTE**: do P3 ao P4 com a distancia de 41,93m, limita-se com os Herdeiros do Sr. Francisco Pedro de Oliveira.

Art. 2.º - Havendo concordância quanto ao preço e a forma de pagamento, far-se-á a expropriação, por acordo, satisfeita as seguintes exigências:

- I – que o preço não ultrapasse o valor fixado no laudo de avaliação;
- II – que o proprietário ofereça título de domínio, com filiação vintenária de ônus e débitos fiscais e de ônus de qualquer espécie que recaiam sobre o imóvel.

Art. 3.º - Fica, ainda, a presente desapropriação considerada de **Natureza Urgente**, para fins de imediata imissão de posse, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4.º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão à conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Viçosa, 07 de janeiro de 2014.

Antonio Gomes de Amorim  
Prefeito Municipal